CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO MEXICANO (CEM)
Centésima Quinta Assembleia Plenária
Casa Lago, Cidade do México
12 de abril de 2018

A CULTURA DO ENCONTRO TRADUZIDA EM AÇÃO[1]

Michael Czerny S.J.
Subsecretário, Secção para os Migrantes e Refugiados
Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral

Boa tarde e muito obrigado pelo vosso acolhimento. Sim, nasci na Checoslováquia. Quando tinha dois anos, os meus pais, o meu irmão mais novo e eu deixámos – ou antes, fugimos de – a Checoslováquia com destino ao Canadá. Tenho, por conseguinte, a experiência de ser um refugiado e de crescer numa nova cultura.

Como será já do vosso conhecimento, a Cúria Romana está a passar por um processo de reforma. Há dois anos, o Santo Padre quis juntar quatro Conselhos Pontifícios num novo Dicastério, com o objetivo de promover e servir melhor o desenvolvimento humano integral. A ideia procede do Beato Paulo VI, que declarou que "para ser autêntico, [o desenvolvimento] deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo"[2]. *Desenvolvimento humano integral* é o nome que descreve o âmbito e desígnio da nossa pastoral social. O desenvolvimento humano integral é o que desejamos para cada pessoa.

Assim sendo, com o *Motu Proprio* de 7 de agosto de 2016, o Santo Padre unificou quatro Conselhos Pontifícios, a saber: Justiça e Paz, Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, Pastoral no Campo da Saúde e *Cor Unum*. Os estatutos estipulam que uma Secção do Dicastério, a que se ocupa especificamente dos refugiados e migrantes, permaneça *ad tempus* sob a supervisão direta do Sumo Pontífice. Julgo que seja a primeira vez na história da Igreja que isto sucede.

A nossa pequena Secção para os Migrantes e Refugiados está ao vosso serviço enquanto Bispos. Existimos para vos ajudar, acompanhar e encorajar. Queremos fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para ajudar a formular respostas concretas aos desafios representados pela mobilidade humana e especialmente para atender às necessidades dos mais vulneráveis. Isso requer uma compreensão integral e bem articulada do que significa para a Igreja acompanhar a mobilidade humana.

Em fevereiro de 2017, precisamente quando dávamos início à nossa ação, o Santo Padre ofereceu-nos este marco fundamental: "A nossa resposta comum poderia articular-

[1] https://www.facebook.com/100010663517810/videos/573708642994581/
[2] *Populorum Progressio*, § 14.

se em volta de quatro verbos: *acolher*, *proteger*, *promover* e *integrar*"[3] – tal como vimos no breve vídeo[4]. No presente contexto de planificação pastoral empreendido pela CEM, certamente que estes quatro verbos serão muito relevantes.

A partir desta base, a Secção para os Migrantes e Refugiados elaborou 20 Pontos de Ação Pastoral que estabelecem uma plataforma de trabalho a que podemos aceder juntos, para rever as nossas experiências e discernir o que o Senhor quer de nós[5]. Estes 20 Pontos formam um simples, mas completo sistema ou marco de referência, que pode ajudar a levar a cabo o trabalho de planeamento e avaliação da resposta pastoral que é oferecida por uma Igreja local, uma Conferência Episcopal, uma diocese ou uma paróquia. Podem utilizar-se também noutros contextos e por organizações católicas e outras que pretendam operar neste setor.

Desde o Concílio Vaticano II, somos uma Igreja *no* mundo e enviada *ao* mundo. A palavra que dirigimos ao mundo, com os seus valores e as suas prioridades, chama-se *doutrina social da Igreja*. Quando a Igreja desenvolve ação pastoral no mundo, há consequências políticas. Assim sendo, para lá da versão pastoral dos 20 Pontos, enunciámo-los também em linguagem política, usando o vocabulário governamental das Nações Unidas.

Desde 1951, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados tem sido o fundamento legal que oferece proteção internacional aos refugiados e define as obrigações dos Estados para com eles[6]. Porém, nos nossos dias, as respostas dos governos aos refugiados e aos solicitantes de asilo não têm estado à altura do que eles merecem.

Na Cimeira das Nações Unidas de setembro de 2016, os Estados-membros decidiram vir a adotar, nos finais de 2018, dois Pactos Globais que definirão uma resposta comum aos desafios representados pelos movimentos massivos de pessoas que caracterizam o nosso tempo[7]. Foram assim iniciados dois processos muito importantes a nível internacional: a elaboração de dois novos Pactos Globais, um sobre migrantes e o outro sobre refugiados.

É necessário contar com um novo Pacto Global sobre refugiados, não para reformular a Convenção de 1951, mas como forma de desenvolver novos Mecanismos nela baseados que estejam melhor adaptados às dificuldades, necessidades e sofrimentos dos refugiados de hoje.

Por contraste, não existe até agora nenhum acordo ou convenção internacional sobre os migrantes em geral[8]. Reina neste vasto campo uma espécie de desordem. Só recentemente a comunidade internacional, por meio da O.N.U., começou a prestar uma atenção sistemática a esta questão.

---

[3] Papa Francisco, Discurso aos Participantes no Fórum Internacional sobre Migrações e Paz, 21 de fevereiro de 2017.

[4] https://www.youtube.com/watch?v=4FJS159XfY8/

[5] https://migrants-refugees.va/pt/20-action-points-global-compacts/

[6] A Convenção define quem é um refugiado e quais são os seus direitos e também estabelece as obrigações dos Estados a seu respeito. O Protocolo de 1967 retirou as restrições geográficas e temporais contidas na Convenção.

[7] Cf. *Declaração de Nova Iorque*, https://refugeesmigrants.un.org/declaration/

[8] Exceto a Convenção Internacional de 1990 sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

Espera-se que surja não uma convenção vinculante, mas sim um marco que promova uma melhor colaboração entre países para tornar as migrações seguras, ordenadas, regulares e responsáveis[9] e para evitar as tragédias a que temos todos assistido. Será uma espécie de *gentlemen's agreement*, um acordo mútuo que expresse a disposição positiva dos governos para colaborar na resolução das necessidades mais urgentes dos migrantes. Embora se fale de um fenómeno global, os migrantes e as suas famílias não são em si mesmos uma "preocupação global" (como é o caso das alterações climáticas, que têm de facto um carácter global). Pelo contrário, cada migrante é um caso único que requer programas e ações apropriados, concretos e locais. A realidade migratória requer o tratamento personalizado de indivíduos únicos.

Deste modo, um Bispo ou uma Conferência Episcopal podem usar os 20 Pontos de Ação enunciados com uma linguagem política para dialogar com as autoridades encarregues destas matérias.

Desejo dar uma ênfase especial ao Pacto Global para as Migrações uma vez que o México, juntamente com a Suíça, é um dos seus dois cofacilitadores. Por isso, o México está muito identificado com este processo a nível internacional e a sua liderança é muito apreciada. Em dezembro do ano passado, teve lugar em Puerto Vallarta uma Conferência Internacional para partilhar tudo o que se tinha aprendido durante quase um ano de discussões e preparações. Talvez seja agora um momento oportuno para que a Conferência Episcopal do México possa incluir os 20 Pontos nos seus diálogos com o governo mexicano.

O nosso compromisso como Igreja é dar resposta aos fenómenos migratórios pondo em prática os quatro verbos: **acolher**, **proteger**, **promover** e **integrar**. A nossa missão enquanto Secção para os Migrantes e Refugiados é a de apoiar e ajudar as Conferências Episcopais e as suas Comissões para as Migrações a partilhar experiências, aprender uns com os outros e trabalhar para dar uma resposta comum aos problemas.

Há um primeiro momento no processo migratório a que habitualmente se presta pouca atenção: consiste no terrível desafio de se tomar a **decisão** de deixar tudo e partir para outro lugar porque a vida, num ou noutro sentido, se tornou impossível. Esta decisão é algo de muito sério e tem um carácter praticamente irreversível. É a decisão que foi tomada pela minha família há 70 anos. Se vós, como pastores, se derem conta de que uma família se está a preparar para partir, o que lhe direis? Como a podereis acompanhar? Deveríeis procurar contrariá-la e apresentar-lhe razões para ficar? Ou animá-la e dizer-lhe o que a aguarda? Este momento crítico em que uma pessoa ou família decide partir é muito importante.

O segundo momento é a longa fase de **trânsito** dos migrantes através de um ou mais países. Não é de modo nenhum fácil acompanhar os migrantes neste processo difícil e perigoso. Sei que aqui, no México, têm uma boa rede de albergues e casas do migrante em todo o país. Este é um bom exemplo para outros. No entanto, coloco-lhes uma pergunta concreta: como podemos acompanhar pastoralmente bem quantos passam pelo nosso país, mas que não querem ou simplesmente não podem aqui permanecer? Neste contexto, gostaria de ressaltar, louvar e encorajar os diálogos transfronteiriços que estais a desenvolver com os bispos da América Central, dos Estados Unidos e do Canadá. Estes diálogos são extremamente importantes para procurar remediar os maus-tratos e a violação dos direitos humanos dos migrantes. Além disso, uma tal colaboração constitui

[9] Cf. *Declaração de Nova Iorque*.

uma forma ativa e criativa de resistência à absurda militarização e fortificação das fronteiras, supostamente em nome da segurança nacional. Este diálogo internacional e a cooperação transfronteiriça estão a produzir muitos frutos e a nossa Secção pretende apoiar aqui no México tais esforços, a promover também noutras partes do mundo.

A terceira fase é a **chegada**, o acolhimento e o processo de integração que se segue. Esta é uma área em que a Igreja pode fazer muito para ajudar. Contamos com uma experiência muito válida e há que partilhá-la entre nós, a nível nacional, regional e internacional.

E, por último, temos o difícil tema do **regresso**, muito relevante atualmente para o México. Até agora, tem sido prestada muito pouca atenção a esta complicada questão. Longe de ser um momento triunfal, o regresso é sentido habitualmente como um fracasso e dá lugar a uma nova série de dificuldades. Para muitos que tiveram de abandonar o seu país de origem e viajar para uma terra estrangeira, o regresso representa uma autêntica tragédia e é causa de grande vergonha. O que poderemos fazer para proporcionar um bom acompanhamento pastoral a quem regressa? Como os poderemos ajudar a transformar esta experiência de "morte" em vida nova?

Desejo concluir a minha intervenção com uma pergunta e três possíveis respostas. A pergunta é: o que teria em mente o Santo Padre ao afirmar, ainda que por outras palavras, que "este tema dos migrantes, refugiados e vítimas do tráfico humano é tão importante para a Igreja que eu não o quero perder de vista" e ao ter decidido manter esta Secção sob a sua direta orientação?

Uma resposta pode ser apelidada de *santa impaciência*. Tendo a impressão de que, por vezes, as coisas vão muito devagar, o Santo Padre talvez tenha querido um pouco de prontidão para ver rapidamente resultados concretos. Esta é uma boa e válida resposta, pois muita gente está a sofrer terrivelmente.

Uma segunda resposta aponta para a aplicação do ensinamento da Igreja ou magistério na nossa ação pastoral. Estes quatro verbos são magistério que vós, Bispos, podereis traduzir numa estratégia pastoral. A Secção para os Migrantes e Refugiados existe com o propósito de articular tal importante passo, apoiar os esforços para o realizar e pô-lo à disposição de todos dentro da Igreja, bem como de outros. Por conseguinte, os 20 Pontos de Ação Pastoral representam possíveis formas de levar à prática o ensinamento da Igreja. Uma vez que esta área da mobilidade humana é tão importante para a vida do mundo e da Igreja, uma tradução mais ativa e explícita do magistério em orientações e práticas pastorais pode ajudar-nos muito a todos. Esperamos que este venha a ser o caso nos vossos campos de ação aqui no México.

A terceira resposta é de teor mais especulativo. A mobilidade humana não é apenas uma característica particular de certos indivíduos ou de uma família como a minha, que de facto fugiu do seu país de origem e se instalou num outro. Somos muitos nessa condição, mas ainda sim uma minoria. Todo o povo de Deus, *todos nós*, nos deparamos com transformações e movimentos que são, em simultâneo, rápidos e decisivos. Assim sendo, pode ser que a nossa maneira de ser Igreja se tenha de transformar e adaptar a toda uma família humana que na atualidade se encontra, como nunca antes, a passar por mudanças radicais em todos os aspetos da vida.

Neste sentido, termino como um terceira pergunta-proposta: tendo aprendido a acompanhar pessoas em movimento – tais como migrantes, refugiados e vítimas do tráfico humano – será a nossa Igreja aquela que é melhor capaz de acompanhar o povo de Deus em processo de rápida transformação?[10] A pastoral das migrações pode ser um excelente laboratório à disposição de toda a Igreja para que esta se torne mais hábil e mais capaz de acompanhar o povo de Deus, hoje e no futuro – um futuro que será provavelmente ainda mais acelerado do que o presente.

Muito obrigado.

[10] Ver "rapidación" em *Laudato si'*, § 18.